

CADERNOS DO CEAS ROMPENDO OS ANOS DE CHUMBO

Grimaldo Carneiro Zachariadhes*

Resumo: *O presente trabalho pretende analisar a resistência do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) à ditadura militar na Bahia através de sua revista chamada Cadernos do CEAS. Esta instituição, fundada pela Companhia de Jesus, foi um ponto de referência das esquerdas na Bahia e se destacou na luta pela volta do país a um Regime democrático, e através dos Cadernos do CEAS denunciaram a violação dos direitos humanos praticada pelos militares.*

Palavras-chave: Companhia de Jesus; Ditadura militar; Resistência.

O Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) foi uma instituição fundada pela Companhia de Jesus, em Salvador, no meado da década de 1960 para lutar pela promoção humana. O CEAS é fruto das transformações porque passou a Companhia de Jesus (e a Igreja Católica como um todo) durante o século XX e a sua preocupação cada vez maior com a Questão Social. O CEAS foi integrado por jesuítas, leigos católicos de esquerda e marxistas. Esta instituição caracterizou-se como não-confessional, abrigando pessoas que lutassem pela transformação social. O CEAS começou a se firmar no cenário baiano após a decretação do Ato Institucional Número 5 (AI-5), ou seja, quando o governo militar endureceu ainda mais a repressão à oposição. Foi nesse momento que os Cadernos do CEAS - uma revista bimestral publicada pela instituição a partir de março de 1969 - se tornaram um ponto de resistência aos militares denunciando as arbitrariedades cometidas pelo Regime militar.

CADERNOS DO CEAS: A VOZ DOS QUE NÃO TÊM VOZ

O ano de 1968 foi crucial no enfrentamento das oposições ao Regime militar. Multiplicavam-se pelo Brasil manifestações públicas contra os militares promovidas principalmente pelo Movimento Estudantil. Na Bahia, os estudantes promoviam várias passeatas, greves, manifestações e enfrentaram a polícia na rua em diversos momentos. Lutando pelos seus direitos e por maior liberdade, os estudantes na Bahia (e no Brasil) entraram em choque com o Governo militar (BRITO, 2003). Esse momento foi de grande efervescência política no país e durou até a promulgação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968.¹ Com esse Ato Institucional, os militares endureceram ainda mais a repressão e fecharam o Congresso Nacional por quase um ano. Com o AI-5, as liberdades individuais foram restringidas e as manifestações públicas de oposição não seriam mais toleradas.

Para Maria Helena Moreira Alves (2005, p.173), a violência desencadeada após o AI-5 convenceu muitos membros das classes médias que a ditadura “só poderia ser derrubada pela força das armas”. Porém, as organizações de esquerda que optaram pelo enfrentamento armado

* Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, aluno especial do doutorado em História da UFBA. grima@ufba.br / grimal@ig.com.br.

¹ Entre outras medidas, o AI-5 permitia ao presidente da República fechar o Congresso Nacional; cassar mandatos de políticos tanto nos níveis municipal, estadual quanto federal; demitir ou aposentar juízes e funcionários públicos. Também estabeleceu o julgamento de crimes políticos por tribunais militares e a suspensão do direito de *habeas corpus* em “crimes” considerados contra a Segurança Nacional.

contra os militares não conseguiram apoio nas camadas populares. Assim, isoladas na sociedade, foram vencidas rapidamente pela repressão. No seu estudo sobre a luta armada em Salvador, Sandra Regina Barbosa da Silva (2003, p.21) afirma que já em 1971, “fica praticamente destruída a possibilidade de reativação da luta armada na Bahia”.

No início da década de 1970, o Movimento Estudantil já estava enfraquecido, os Movimentos Sociais e sindicatos severamente reprimidos, a grande Imprensa e as artes vigiadas pela Censura, os partidos políticos legais (ARENA e MDB) controlados, e as últimas resistências armadas sendo desarticuladas e seus integrantes sendo mortos ou presos. Foi nesse contexto de endurecimento do Regime que a oposição de setores da Igreja Católica se tornou cada vez mais importante. E, diferentemente de outros setores da esquerda baiana, foi justamente após o AI-5 que a oposição do CEAS começou a se destacar no enfrentamento contra o Regime militar.

O *Centro Social* não defendeu a luta armada como saída para a ditadura militar. O CEAS sempre criticou publicamente esta opção. Porém, a questão é um pouco mais complexa do que parece, como podemos perceber na afirmação do leigo Luis Antônio Amorim de Aguiar: “não é que se fosse por princípio contra a luta armada, mas é que o pessoal [do CEAS] não via condições práticas para a luta armada”. O leigo Joviniano Neto fez uma análise parecida, e afirmou que era “justificável pro cristão” a luta armada, pois, existiam “motivos justos” naquele momento para tal ação, porém, ele lembrou que “é fundamental na política a análise da correlação de forças (...) e não havia condições objetivas concretas de vitória, de eficácia”. (ZACHARIADHES, 2007, p.54) Fica claro, então, que não era que os membros do CEAS fossem contrários completamente ao uso da violência contra um Regime autoritário, o problema era que eles não viam naquele momento condições para isso. O jesuíta Domingos Cúnico, em 1973, comentava:

Não acredito na eficiência de uma luta armada. Só poderia ser um último recurso, mas com gente preparada e capaz de assumir. Só um jogo político não muda os corações, não muda o egoísmo (...) Acredito na paciência da fermentação evangélica. Por outro lado, a experiência atual da A.L. [América Latina] não deixa esperar uma revolução a breve prazo (Ibidem, p.55).

O CEAS, ao não defender a luta armada como solução para o enfrentamento contra a ditadura militar no Brasil, impediu que ocorresse o seu isolamento dentro da sociedade como aconteceu com as organizações de esquerda armada. Através, principalmente, dos cadernos do CEAS, os membros do *Centro Social* iriam denunciar o autoritarismo e a violação dos direitos humanos promovidos pelo Regime e criticar o modelo econômico excludente dos militares. Os integrantes do CEAS empunharam a bandeira que poderia unir vários segmentos da sociedade baiana contra a ditadura: a da Redemocratização.

Através principalmente dos Cadernos do CEAS, a instituição passou a denunciar os militares. Pelos *Cadernos*, o CEAS criticou a violação dos direitos humanos, a restrição dos direitos individuais e o modelo econômico excludente defendido pelos militares. Os três primeiros cadernos saíram ao mesmo tempo em março de 1969, e abordavam a situação política do Brasil pós-AI-5. Esses três primeiros números criticavam os poderes extraordinários que o Poder Executivo conseguiu com esse Ato Institucional, analisavam a relação do Estado com a sociedade e defendiam a volta ao Regime democrático.

No caderno número 1 está reproduzido o documento da CNBB, *Declaração dos membros da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, de 18 de fevereiro de 1969, que tinha sido entregue pelos bispos ao presidente da República. Neste texto, o episcopado, apesar de defender uma “leal colaboração” com o governo, demonstrava uma enorme preocupação com a situação do país após o AI-5, já que este Ato Institucional possibilitava

arbitrariedades tais como “a violação dos direitos fundamentais” do cidadão e tornava “muito difícil o diálogo autêntico entre governantes e governados”. Então, os bispos apelavam “a todos os homens de boa vontade, principalmente aos atuais responsáveis pelo destino da nação” que “se leve a termo, quanto antes possível, a redemocratização do Regime”(CNBB, 1969, p.2-6).

Os cadernos 2 e 3 são trabalhos feitos pelos próprios membros do CEAS. No caderno número 2, estava publicado o artigo *Colaboração Igreja-Governo*. O texto falava da tentativa dos militares e políticos de capitalizarem o prestígio da Igreja para eles mesmos, utilizando referências de documentos pontifícios em suas falas e procurando o apoio dos bispos para seus projetos. O documento advertia das pressões do Governo contra as posições críticas do episcopado com relação à realidade política e social brasileira no período, e da tentativa de limitar a ação da Igreja na esfera do “estritamente espiritual”. Os membros do CEAS lembravam da autonomia da Igreja para defender posições políticas na ordem temporal “mesmo que esta atuação implique denúncia e não-conformismo declarado” pelos poderosos e conclamavam a Igreja a não se calar, pois:

A missão da Igreja de fato é a vida espiritual dos homens, mas esta vida não é algo abstrato, separado da vida terrena, algo que nos faça viver num outro mundo. Vida espiritual ou vida de fé significa a nossa vida terrena aberta aos valores supremos, escatológicos, transcendentais, mas é sempre esta realidade humana, vivida nesta terra, assumida toda a problemática temporal e levando-a a realização definitiva na entrega a Cristo. A fé não aliena; ao contrário, engaja o homem na realização do Reino de Deus que inicia aqui na Terra e assume todos os valores terrestres (CEAS, 1969, p. 2-15).

No Caderno 3 estava contido o texto *Poderes de exceção e Redemocratização*. Nele, os integrantes do CEAS sinalizavam contra o perigo dos poderes estarem concentrados nas mãos dos militares. Eles criticavam o Governo por ter criado um “Estado forte”, pois o Executivo detinha funções dos poderes Legislativo e Judiciário. Avisavam que uma política baseada em poderes altamente centralizados nas mãos de poucos criava obstáculos para um clima de confiança e colaboração entre o governo e os governados, já que, “o Estado tende a reduzir-se ao poder, a um poder que se auto-defende contra quem deveria servir”, e assim, o Estado tende a considerar-se fonte e origem de todos os direitos e “critério último de uma autoridade que, fundamentalmente, pertence ao povo”. Alertavam que com o AI-5: “A porta para arbitrariedades e abusos está, portanto, aberta”.

Eles afirmavam que os militares não admitiam contestação de nenhuma forma e tentavam eliminar o pluralismo político na sociedade restringindo a liberdade de expressão com a censura à imprensa. Os membros do CEAS definiram essa posição do Governo como “semente de Totalitarismo”. No texto, eles ironizavam a postura do Governo militar que apesar de cada vez mais limitar as atividades políticas e cercear as liberdades individuais continuavam “afirmando uma democracia que ridiculariza a nação brasileira diante da opinião mundial”. E utilizando um trecho do discurso do general-presidente Costa e Silva, sintetizavam a atuação dos militares naquele momento: “A mais traiçoeira manobra dos sistemas totalitários consiste em se fazer parecerem democráticos para mais eficientemente destruir a democracia” (CEAS, 1969, p. 2-15).

Esses cadernos tiveram uma repercussão muito grande nas esquerdas baianas. E, nesses três exemplares, já demonstravam como seria a posição do Centro de Estudos e Ação Social com relação ao Regime militar. Os Cadernos do CEAS nasceram como uma forma da instituição poder analisar a realidade sócio-política do Brasil, naquele momento, e entender as transformações que o país passava em um período de crescimento acelerado da economia. Mas, surgiram, também, como uma maneira de reagir aos militares, como afirmou o leigo Joviniano

Neto, os *Cadernos* “por terem surgido no período ditatorial, foram muito orientados pela luta contra o Regime autoritário, utilizando a força das idéias” (ZACHARIADHES, 2007, p.62).

Nos seus textos, os membros do CEAS procuraram mostrar um Brasil diferente do que era construído pela propaganda do Regime, interpretando as mudanças pelas quais o país passava com a modernização promovida pelos militares e criticando o modelo econômico adotado no país. Os membros do CEAS também publicaram nos *Cadernos* vários documentos que atacavam o Governo militar, denunciando o caráter autoritário do Regime e a violação dos direitos humanos e que por causa da censura não poderiam ser publicados na grande Imprensa.

No caderno 9-10, estava contida uma denúncia do episcopado do Ceará, Piauí e Maranhão contra a prisão dos padres José Antônio de Magalhães Monteiro e Xavier Giles de Maupeou d’Ableiges que foram acusados pela Polícia Federal de atividades subversivas. Nesse documento, os bispos acusavam os policiais de terem torturado o padre José Antonio e descrevem os suplícios sofridos pelo sacerdote que “foi amarrado nos punhos e nos pés, pendurado num pau que ia de uma janela a uma mesa. Aí ficou cerca de duas horas e desse modo iníquo foi ultrajado”. Em outro momento, avisavam os bispos, o sacerdote foi submetido durante cerca de três horas a “pontapés, puxões de cabelo, bofetadas no rosto, pés no abdome, tudo isto com o objetivo de fazê-lo confessar crimes de que é acusado”. Os policiais chegaram a fingir que iriam queimá-lo, então, “depois de tanto suplício, sem mais domínio de si mesmo, o padre assinou tudo quanto lhe foi apresentado”. (Nota da Comissão Episcopal do Nordeste I da CNBB”, 1970, pp.58-60)

Lendo os *Cadernos* deste período fica claro que os membros do CEAS utilizaram como *estratégia política* criticar a violação dos direitos humanos e o problema da tortura respaldando-se nos documentos da hierarquia católica. Em outras palavras, ao invés deles mesmos afirmarem que os militares torturavam, faziam isso através dos documentos produzidos pelos membros da cúpula da Igreja como uma forma de se protegerem. Durante os *Anos de Chumbo*, os textos mais incisivos na crítica da violação dos direitos humanos, que apareceram nos *Cadernos*, foram os produzidos pelos bispos católicos.²

No momento em que o Centro de Estudos e Ação Social publicava essas denúncias contra o Regime na sua revista, acabava dando uma visibilidade nacional (e também internacional)³ aos fatos denunciados. Os textos produzidos pelo clero que atacavam as arbitrariedades do Governo dificilmente encontrariam outros espaços para serem publicados por causa da censura aos Meios de Comunicação, ficando com isso restrita a sua divulgação. Porém, o *Centro Social* não publicou apenas documentos da Igreja denunciando as arbitrariedades do Regime nos *Cadernos*, também foram publicados documentos das esquerdas de forma geral.

No caderno 15, estão contidos dois documentos de universitários da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia pedindo solidariedade contra a ameaça de expulsão da universidade e cassação por 3 anos do direito de estudar do aluno José Sérgio Gabrielli, que estava a apenas 25 dias da conclusão do curso. O estudante, ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), estava sendo julgado com base no decreto-lei 477⁴ e, segundo o manifesto, o motivo era “a existência de uma acusação alheia à vida universitária”. Os membros do CEAS diziam que esse episódio mostrava “a incongruência de certas normas, que

² Evidente que a escolha de um documento para ser publicado nos *Cadernos* do CEAS não era feita de forma inocente, tinha uma intencionalidade política clara. Tanto que os bispos que mais tiveram espaço nos *Cadernos*, nesse momento, foram D. Pedro Casaldáliga e D. Helder Câmara, dois críticos públicos do Regime militar.

³ Os *Cadernos* do CEAS tinham assinantes também no exterior.

⁴ Promulgado em 26 de fevereiro de 1969, esse decreto determinava entre outras punições, a demissão ou dispensa de professor por cinco anos e para os alunos, o desligamento ou proibição de matrícula em instituição de ensino pelo prazo de três anos se fossem presos em “manifestações políticas”.

não podem mais ter um valor de lei, quando vão contra direitos da consciência humana” (“Decreto 477”, 1971,59-61).

A APREENSÃO DO CADERNO 27

O conflito maior do CEAS com os militares por causa dos *Cadernos* se deu em 1973, com a publicação do número 27 intitulado *Uma Igreja a caminho do povo*. Nesse caderno estava reproduzido na íntegra os manifestos *Eu ouvi os clamores do meu povo*, documento assinado pelos Superiores e bispos do Nordeste, e *Marginalização de um povo*, documento assinado pelos bispos do Centro-Oeste; além de um pronunciamento de D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, feito em 5 de maio de 1973, intitulado *São Paulo, Capital do trabalho, chamada a ser Modelo de Justiça*. Antes de analisar o conteúdo deste caderno, torna-se necessário sabermos como estes documentos foram pensados para vermos como setores da Igreja Católica, a nível nacional, estavam se articulando para resistir aos militares.

No início da década de 1970, existiu um grupo de padres, bispos e leigos que se reunia para pensar que tipo de ação pastoral a Igreja tinha que desenvolver durante o Regime militar. Esse grupo se colocava à margem da CNBB. Fazia parte deste grupo D. Tomás Balduino; D. Antonio Fragozo; D. Pedro Casaldáliga; D. Timóteo Amoroso; o padre Agostinho Pretto, da Ação Católica Operária (ACO); Ivo Poletto, que se tornaria o primeiro secretário da Comissão Pastoral da Terra (CPT); entre outros. Em janeiro de 1973, D. Tomás Balduino com sua equipe percorreu várias capitais para pensar, de forma coletiva, uma maneira de responder ao endurecimento da Ditadura. Em Salvador, alguns encontros deste grupo ocorreram no CEAS.

A partir desta iniciativa foi que surgiu a idéia de publicar três documentos: um sobre a situação das classes populares no Nordeste, outro sobre a situação camponesa do Centro-Oeste e mais um, em São Paulo, sobre a questão operária. Todos os três deveriam ser lançados no mesmo dia, no 25º aniversário da “Declaração Universal dos Direitos do Homem” da Organização das Nações Unidas. O documento do Nordeste ficou sob a responsabilidade de um grupo de Recife, liderado pelo padre Humberto Plumm, que tinha o apoio de D. Helder Câmara, e de um grupo de Salvador formado pelos membros do CEAS, do Mosteiro de São Bento e do grupo *Moisés*.⁵ Depois deste trabalho concluído, começou-se a busca pelas dioceses do Nordeste para que os superiores e bispos assinassem o manifesto. Muitos se recusaram a assinar o documento, inclusive o arcebispo de Salvador, D. Avelar Brandão Vilela, como afirmou Cláudio Perani.

Os provinciais dos jesuítas da Bahia, Tarcísio Botturi, e o de Recife, Hindenburgo Santana assinaram o manifesto junto com o abade D. Timóteo Amoroso e o arcebispo D. Helder Câmara. Além deles, mais 14 religiosos (entre bispos e provinciais) assinaram o documento. Depois das assinaturas dos bispos e Superiores, o documento, intitulado *Eu ouvi os clamores do meu povo*, foi levado ao Mosteiro de São Bento para ser impresso na gráfica beneditina. Porém, os militares ficaram sabendo da existência deste documento antes dele ser lançado. O manifesto estava previsto para ser lançado no dia 6 de maio de 1973, porém, a imprensa já estava recebendo o aviso de que era proibida a sua divulgação desde o dia 2 de maio. No dia previsto, apenas o documento de São Paulo não ficou pronto para o lançamento, sendo substituído por um pronunciamento feito no dia anterior, na rádio *9 de julho*, por D. Paulo Evaristo Arns.

⁵ O grupo *Moisés* era formado por padres e leigos que se reuniam para se organizarem e promoverem uma resistência aos militares. Os membros do CEAS que faziam parte desse grupo foram os jesuítas Cláudio Perani, Andrés Mato e Gianfranco Confalonieri e os leigos Joviniano Neto e José Crisóstomo. Sobre a história do grupo *Moisés* (VARÓN e CLAÚDIO, 2001).

No documento *Eu ouvi os clamores do meu povo*, setores da Igreja do nordeste denunciavam a situação de penúria que passava a maioria da população dessa região. Eles demonstravam isso utilizando os dados oficiais da SUDENE e do Censo do IBGE de 1970. Lembravam que a fome assumia nessa região “características epidemiológicas” e afirmavam que “o subdesenvolvimento continua sendo a nota característica mais importante do Nordeste”. Criticavam o “milagre brasileiro” por ter aumentado a concentração de renda no país, defendiam a “propriedade social dos meios de produção” e expressavam uma crítica incisiva aos militares com relação à violação dos direitos humanos. O *Eu ouvi os clamores do meu povo*, “o documento mais radical que uma força política não clandestina jamais ousara publicar desde 1964”, (ALVES, 1979, p.257) denunciava:

A inviolabilidade do lar, o “habeas Corpus”, o sigilo da correspondência, as liberdades de imprensa, de reunião e de livre expressão do pensamento, são direitos que foram subtraídos ao povo. A liberdade sindical e o direito de greve foram arrebatados à classe operária.

Para conter resistências a tais condições de opressão e injustiça, a violação desses direitos humanos é excedida por atos de violência ainda maior. O terrorismo oficial instituiu o controle através da espionagem interna e da polícia secreta recorrendo com frequência à tortura e ao assassinato (“Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo”, 1973, 37- 59).

O manifesto assinado pelos bispos do Centro-Oeste foi denominado *Marginalização de um povo* e também estava proibido de ser mencionado pela imprensa nacional. Esse documento, que foi feito pela Igreja do Centro-Oeste, teve uma repercussão imensa e também foi influenciado pelo CEAS. Diferentemente do manifesto da Igreja do Nordeste, em que o CEAS teve uma participação direta na construção do próprio documento, no manifesto da Igreja do Centro-Oeste, o CEAS teve uma influência indireta. Esse documento é muito baseado nos textos dos Cadernos do CEAS, demonstrando, assim, que os *Cadernos* já tinham se tornado, nesse momento, uma referência teórica para a Esquerda Católica no Brasil.

Nesse documento foi utilizada uma linguagem mais coloquial que o documento do Nordeste. Os membros da Igreja criticavam a pobreza em que viviam os camponeses da região. Afirmavam que ao povo era negado os seus direitos e quando se procurava esclarecer os lavradores, taxava-se logo este trabalho de “subversão”. No manifesto era criticada a estrutura fundiária no Brasil, defendendo-se uma Reforma Agrária imediata. E propunha como solução para o problema da miséria, a superação da propriedade privada dos meios de produção, pois, “é preciso vencer o capitalismo. É ele o mal maior, o pecado acumulado, a raiz estragada, a árvore que produz esses frutos que nós conhecemos: a pobreza, a fome, a doença, a morte da grande maioria” (“Marginalização de um Povo”, 1973, p. 7-36).

Esses documentos tiveram uma grande repercussão internacional, porém, no Brasil, por causa da censura, seu impacto foi restrito. Por isso, os membros do *Centro Social* resolveram publicar os dois manifestos, junto com a alocução de D. Paulo Evaristo Arns, no caderno 27, de outubro de 1973. A publicação desses documentos foi um exemplo claro de afronta aos militares e coragem feitos pelos membros do CEAS, pois, como vimos, esses manifestos estavam proibidos de serem publicados; mesmo assim, o CEAS resolveu incorporá-los na sua revista. Porém, essa “afronta” teria um preço a ser pago.

Quando o CEAS começou a enviar os exemplares do caderno 27 para os assinantes, eles foram apreendidos pela Polícia Federal nos Correios. Esse número foi proibido de ser vendido pela instituição. O Centro de Estudos e Ação Social sofreu a ameaça de ser proibida a publicação dos *Cadernos*. O coordenador do CEAS, Cláudio Perani, foi resolver o impasse na sede da

Polícia Federal e a solução proposta foi que, a partir do próximo número, um exemplar tinha que ser sempre enviado para a Polícia Federal.

Porém, inicialmente, além dos cadernos do CEAS serem enviados à Polícia Federal, o CEAS ficou recebendo os chamados “bilhetinhos” da Censura Federal. Esses “bilhetinhos” eram censuras escritas enviadas à Imprensa, informando o que não poderia ser publicado pelos Meios de Comunicação. Foram encontradas nos arquivos do CEAS, 28 censuras por escrito que datam do final de 1973 até o final do ano de 1974. Nesse material estão demonstradas algumas das preocupações do Governo naquele momento.

Entre as censuras encontradas, existe uma que proíbe qualquer matéria ou propaganda paga sobre a peça teatral “Calabar”, de Chico Buarque, outra diz que o noticiário sobre atividades estudantis “em qualquer área do território nacional” era também proibido. Existem censuras proibindo a divulgação de comentários sobre os indicados ao ministério pelo presidente Ernesto Geisel, sobre o padre Jentel ou “assunto a ele vinculado direta ou indiretamente”, ao manifesto do “grupo autêntico” do MDB, à captura e mortes de presidiários foragidos em Goiânia, à política salarial do governo, entre outros assuntos. Eles receberam uma censura que os proibiam de falar “sobre a suspensão da censura” atribuída a Golbery do Couto e Silva. E também constava a censura que foi emitida para quase todos os órgãos de Imprensa do país:

DE ORDEM SUPERIOR, REITERO TOTAL PROIBIÇÃO, POR TEMPO INDETERMINADO, QUALQUER MATÉRIA, ATRAVÉS [DOS] MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, ESCRITO, FALADO E TELEVISADO, SOBRE DOM HELDER CÂMARA.

Salvador, 08 de fevereiro de 1974.

Mesmo depois que os Cadernos do CEAS começaram a ter que ser enviados à Polícia Federal, continuou a publicação de artigos e textos que criticavam fortemente o Governo militar. Porém, os documentos que criticavam mais explicitamente a violação dos direitos humanos e o problema da tortura foram inicialmente suspensos. Mas, ainda durante a segunda metade da década de 1970, o CEAS voltaria a criticar o Governo por causa da tortura e da violação dos direitos humanos (porém, agora o país estava sob a liberalização política promovida pelo general Ernesto Geisel). Nos *Cadernos* se mantiveram sempre posturas muito críticas ao Regime militar.

O caderno 28 foi todo ele dedicado à Amazônia. Essa região estava passando sob o impacto de grandes transformações naquele período. No artigo *a Amazônia e o Nordeste*, criticava-se o Plano de Integração Nacional (PIN) do Governo Federal, que tinha como objetivo criar uma série de infra-estruturas no Nordeste e Amazônia no período de 1970 a 1974. Os defensores desse plano pretendiam povoar a Amazônia aproveitando-se dos trabalhadores nordestinos que seriam emigrados para a região amazônica, que era pouco povoada. Porém, segundo os membros do CEAS, “o Nordeste e a Amazônia já conheceram esse tipo de intercâmbio de populações” e “acabaram sempre num completo fracasso”, pois, essa integração não era feita para os homens, mas sim para o Capital (CEAS, 1973, p 1-6).

No texto *O sentido político da Transamazônica*, eles analisavam a construção da Transamazônica e foram enfáticos em derrubar a versão do Governo Federal de que a construção dessa rodovia teria um sentido de integrar a região amazônica ao resto do Brasil. Eles afirmavam que a Transamazônica não passava de “um símbolo” que exerceria “um forte poder emocional” pela idéia de integração nacional, servindo assim para o Governo aumentar sua popularidade. E finalizavam o texto concluindo:

A Transamazônica faz parte de uma política mais geral que consiste em ocultar as divisões, as lutas e as grandes disparidades que existem no país, entre as

diferentes classes, dando a todos a impressão de uma certa participação no desenvolvimento nacional, sem ferir os interesses dos privilegiados (CEAS,1973, p.78-81).

Lendo os *Cadernos* percebemos que, mesmo depois de terem sido obrigados a serem enviados à Polícia Federal, continuaram sendo feitas críticas contundentes ao Governo nas questões políticas, sociais e econômicas. Em um momento de endurecimento do Regime Militar, com a tortura de opositores e a censura aos Meios de Comunicação, os Cadernos do CEAS acabaram se tornando a “voz dos que não tinham voz”, um espaço de crítica e denúncia da ditadura militar instaurada no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil 1964-1984**. Bauru – SP: Edusc, 2005.
- BRITO, Antonio Mauricio F. **Capítulos de uma história do Movimento Estudantil na UFBA (1964-1969)**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2003.
- CEAS. “Colaboração Igreja-Governo”. **Cadernos do CEAS, 2**: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, março, 1969, p. 2-15.
- , “Poderes de Exceção e Redemocratização”. **Cadernos do CEAS, 3**: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, março, 1969, p. 2-15.
- , “Amazônia e o Nordeste”, **Cadernos do CEAS, 28**: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, Dezembro, 1973, p.1-6.
- , “O sentido político da Transamazônica”, **Cadernos do CEAS, 28**: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, Dezembro, 1973, p. 78-81.
- CNBB, “Declaração dos membros da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”. **Cadernos do CEAS, 1**: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, março, 1969, p. 2-6.
- “Decreto 477”. **Cadernos do CEAS, 15**: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, Novembro, 1971, p.59-61.
- “Eu Ouvi os Clamores do Meu Povo”. **Cadernos do CEAS, 27**: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, outubro, 1973, p. 38-60.
- “Marginalização de um Povo”. **Cadernos do CEAS, 27**: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, outubro, 1973, p.7-36.
- “Nota da Comissão Episcopal do Nordeste I da CNBB”. **Cadernos do CEAS, 9-10**: Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, dezembro, 1970, p.58-60.

SILVA, Sandra Regina Barbosa da. **“Ousar lutar, ousar vencer”**: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971). Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2003.

VARÓN, Paloma e CLAÚDIO, Francisco. **Rumo a terra prometida - A trajetória do grupo Moisés**. Trabalho de final de curso em Comunicação. Salvador, UFBA, 2001.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **CEAS: Jesuítas e a Questão Social durante a Ditadura Militar**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2007.